

***O cotidiano do amor em
Porto Alegre: práticas amorosas
em espaços públicos (1890-1930)***

Carlos Eduardo Millen Grosso¹

RESUMO

Este artigo objetiva analisar as práticas amorosas em espaços públicos na cidade de Porto Alegre, entre os anos de 1890 e 1930. A partir da análise dos processos criminais de defloração, deseja-se relacionar o processo de organização e controle do espaço público com as novas formas de sociabilidade, dando especial atenção aos relacionamentos amorosos ocorridos nos espaços públicos.

Palavras-chave: sociabilidade; defloração; espaço público; processos criminais.

RÉSUMÉ

Cet article vise à analyser les pratiques amoureuses dans les espaces publics de la ville de Porto Alegre, entre les années 1890 et 1930. De l'analyse des procédures judiciaires de défloration, cherche à relier le processus d'organisation et de contrôle de l'espace public avec de nouvelles formes de sociabilité, avec un accent particulier sur les relations amoureuses qui se produisent dans les espaces publics.

Mots-clés: sociabilité; défloration; espace public; procédures judiciaires.

¹ Mestre em História (PUCRS) e Doutorando em História (UFSC). Bolsista CNPq.

A URBANIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Com o fim da Revolução Farroupilha (1835-1845), Porto Alegre tornou-se o principal centro econômico da província, atraindo os investimentos das riquezas oriundas da comercialização dos produtos da região serrana e servindo de polo de contato para o centro do país e outras regiões. A partir daí, a cidade de Porto Alegre constituiu-se no principal ponto de convergência de um sistema urbano e mercantil complexo, dirigido, principalmente, para o comércio e para o consumo, e guiado por um processo em que a circulação comandava a produção.

De maneira relacionada às mudanças sofridas pela cidade de Porto Alegre na perspectiva econômica, distingue-se, também, neste contexto histórico do final do século XIX, o desdobrar do processo de expansão do tecido urbano iniciado nos anos 1850, com a transferência do cemitério, antes localizado nos fundos da Igreja Matriz, para o distante Morro da Azenha, bem como o avanço gradual da população, tanto pelas margens do Guaíba como pelo interior, seguindo os principais caminhos que ligavam a capital a outras povoações (Caminho da Azenha ou Estrada do Mato, Caminho Novo) (OLIVEIRA, 1993, p.121-123).

À medida que se desenvolviam os transportes, várias regiões de Porto Alegre e cidades próximas sofreram significativa transformação em função do incentivo dado à ocupação. Em pouco tempo, com o desenvolvimento da ferrovia Porto Alegre – São Leopoldo, com extensão de 33,75 km, e do interligamento de variadas regiões da cidade, por conta da implantação de uma ferrovia urbana na cidade (1896) e da sua substituição por bondes elétricos em 1908, a rede de transporte urbana avançara em direção aos subúrbios e regiões limítrofes da cidade (MACEDO, 1999).

Em 1892, no mandato do primeiro intendente de Porto Alegre – Alfredo Augusto de Azevedo² –, foi formulada a Lei Orgânica do Município, a qual competia a Intendência a organização do sistema viário, de regular e inspecionar a educação e o serviço higiênico, entre outras atribuições. Entretanto, em função da instabilidade dos primeiros anos da República no Rio Grande do Sul, onde se somaram a destituição do então governador Júlio Castilhos, no chamado “governicho” (1890-1891) e a Revolução Federalista (1893-1895), as duas primeiras gestões municipais (Alfredo Augusto de Azevedo e José Luís de Farias Santos) pouco realizaram em melhorias para a cidade. Foi somente na gestão de José Montaury de Aguiar Leitão que os problemas municipais passaram a ser tratados de forma mais sistemática,

² Permaneceu na intendência de 12 de outubro de 1892 a 3 de janeiro de 1896.

buscando realizar uma série de melhorias urbanas, como iluminação, fornecimento de água, educação, transporte, saneamento, assistência social, policiamento (ÁVILA, 2010).

A despeito do comprometimento dos gestores, foram as áreas centrais da cidade as que mais passaram por modificações no período. Como refere o cronista Vivaldo Coaracy sobre a realidade urbana da cidade de Porto Alegre:

Das ruas, muito delas íngremes ladeiras a galgar a encosta abrupta para atingir o espigão estreito, poucas calçadas a paralelepípedos. Na maioria, o pavimento era de pedras irregulares. [...] A maioria dos habitantes comprava água em barris, dos carros-pipas que a vendia percorrendo as ruas pela manhã. [...] A parte central da cidade dispunha de luz elétrica, fornecida por uma companhia, a Fiat Lux. [...] Noutras zonas da cidade havia iluminação a gás. Bondes elétricos, evidentemente, não havia. Os bondes que serviam os vários bairros eram de tração animal. (COARACY, 1962, p.5-7).

Neste trecho fica claro que o incômodo aspecto provincial que Porto Alegre apresentava não dizia respeito somente às ruas sujas, sem calçamentos, mas à abrangência precária dos mesmos. O que existia era uma urbanização problemática e pouco abrangente. Faltavam em muitas ruas calçamento, luz elétrica e água, somente encontrados nas principais artérias e bairros. Eduardo Kersting, ao trabalhar com as mudanças urbanas, aponta para o desenvolvimento desigual da cidade a partir da sua ocupação social. Verificando a utilização dos “mecanismos de exclusão” desenvolvidos por parte da municipalidade frente à Colônia Africana, o autor relaciona, por exemplo, a diferenciação do valor cobrado pelo imposto predial (urbano/suburbano) com os melhoramentos urbanos feitos nas ruas que compunham a Colônia Africana (KERSTING, 1998).

Nesse sentido, se para alguns a cidade vivia um momento de progresso, para muitos outros talvez este período tenha sido muito difícil. Afinal de contas, este foi, igualmente, um momento que, face à extensão considerável e à complexidade das transformações envolvidas, compreendia a sucessão de processos históricos cheios de contradições e que traziam uma série de problemas sociais que nem sempre eram fáceis de serem resolvidos, pois “embora haja como um foco de esperança de promoção social é um pólo concentrador de pobreza, assim como o é de riqueza” (PESAVENTO, 1992, p.33).

A POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE E SUAS CARACTERÍSTICAS ÉTNICO-RACIAIS

A cidade teve um intenso crescimento populacional, principalmente a partir da década de 1890, com uma taxa de crescimento demográfico que passou de 2,5% para 3,4%, ao ano. Tal fenômeno foi registrado nos censos do período, os quais revelam o drástico aumento da população da cidade, que passou de 43.998 habitantes em 1875, para 52.186 habitantes em 1889, e 73.274 em 1900 (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981, p.81-94).

Este crescimento da população de Porto Alegre, que ganhou enormes proporções na sua zona urbana, esteve relacionado não só a algumas melhorias ocorridas nas condições de saneamento da cidade, mas, também, aos processos de fim da escravidão e de imigração de trabalhadores estrangeiros, especialmente italianos e alemães (MONTEIRO, 1995, p.21-38). Consequentemente, esse processo gerou impactos demográficos e sociais, e que contribuíram para compor o conjunto das peculiaridades de Porto Alegre na virada do século XIX. Dentre as mudanças estavam aspectos de ordem racial e de nacionalidade. No que se refere ao caráter racial da cidade de Porto Alegre, pardos, pretos e mistos apresentavam presença numérica expressiva nos processos de defloração: entre os réus, 1 preto e 2 mistos, entre as vítimas, 12 pretos, 3 mistos e 11 pardos.³

A terminologia usada pelas próprias pessoas e qualificação dos descendentes de africanos no Brasil nas décadas iniciais do século XX era diversificada. Usava-se tanto adjetivos como “de cor”, ou categorias como “classe”, “preto”, “pardo”, “mulato” na descrição de pessoas e de grupos, quantos outros termos indicativos de gradação da cor da pele (SIEGEL, 2007, p.319). A estatística da época em Porto Alegre assinala para a utilização das categorias “pretos” e “pardos”. Em 1888, a cidade contava com 6.903 pardos e 5.321 pretos, para um total de 26.462 brancos (LIMA, 1890, p.27).

Fazendo-se presentes em todas as dimensões sociais do cotidiano urbano, especialmente como trabalhadores, os ex-cativos constituíram presença marcante em algumas áreas da cidade, como o Areal da Baronesa (2º distrito) e a Colônia Africana (3º distrito), que se notabilizaram como territórios de composição negra no período final do regime escravista e na pós-abolição (FRANCO, 1988). Nos processos criminais de defloração foi possível constatar que grande parte dos acusados e das vítimas, identificadas nos autos por negros,

³ Todos os percentuais citados referem-se à análise de 66 processos criminais de defloração, entre os anos de 1890 e 1930.

pardos e mestiços, residiam no 2º distrito, nas ruas José do Patrocínio, João Alfredo, Venezianos, Barbedo, Miguel Teixeira, Marcílio Dias e Ondina, e no 3º distrito, nas ruas Barros Cassal, São Francisco, Santo Antônio, Garibaldi e Venâncio Aires.

Apesar dos poucos dados obtidos foi possível relacionar a cor das jovens mulheres com a dos homens acusados nos processos de defloramento registrados em Porto Alegre, entre os anos 1890 e 1930, dos 13 casos nos quais houve atribuição de cor a ambos, 11 a vítima e o réu foram classificados na mesma categoria racial. Essa constatação também é observada em São Paulo e Rio de Janeiro, em meados do século XIX e início do século XX, onde a maioria dos relacionamentos afetivos dava-se entre pessoas do mesmo grupo racial (CAULFIELD, 2000, P.292).

Provavelmente isso acontecia em Porto Alegre devido aos territórios de sociabilidade durante os anos pesquisados. Existiam lugares onde apenas os brancos poderiam entrar e outros onde somente os negros, pardos e mistos frequentavam, tais como as sociedades recreativas. É justamente nesses ambientes, onde os encontros ocorriam com certa frequência e que propiciavam a ampliação e manutenção da rede social, que os namoros se realizavam (GERMANO, 1999).

No entanto, mesmo verificando nos processos e inquéritos a frequência de relacionamentos intra-raciais, os dois casos de exogamia possibilitam uma perspectiva interessante sobre as atitudes da população pobre relativa à raça e aos territórios negros. Apesar da existência de zonas de segregação racial apontada acima, a cidade de Porto Alegre apresentava uma população heterogênea e que, possivelmente, mantinha contatos socioculturais entre grupos étnico-raciais distintos (ZUBARAN, 2008). Como no caso da Maria Mercedes Masson Filha, 14 anos, solteira, parda que acusa o noivo Ranulpho Francisco de Bittencourt, 19 anos, solteiro, branco de tê-la deflorado há oito dias em sua casa, prometendo-lhe casamento.⁴ O noivo branco era morador da rua Garibaldi – notório reduto pobre e negro da cidade, também conhecido como Colônia Africana – e frequentava há quatro meses a casa de sua noiva parda localizada em outro distrito da capital, Travessa Pacífico. No entanto, o réu desiste do casamento, alegando que a noiva não era mais virgem no momento do ato sexual. É o que se verifica, também, nos territórios negros em São Paulo, onde tais espaços nunca foram apenas ocupados por negros, e o contato com outros segmentos socioculturais era constante (ROLNIK, 1989).

⁴ Processo criminal, nº1185, Porto Alegre, maço 78, Arquivo Público do RS (APERS), 1920.

É bem provável que houvesse um volume maior de relacionamentos inter-raciais, mas que, como nesse caso, talvez fosse constrangedor numa sociedade racista, que entedia o negro como inferior, o acusado branco fosse reconhecer o defloramento de uma mulher parda, sem antes alegar que a vítima já se encontrava deflorada ou apresentava comportamentos condenáveis moralmente. Além disso, há que destacar que nem todas as relações amorosas, sejam elas quais forem, passavam pela polícia. No caso entre Maria Annalia da Silva, 14 anos, parda, solteira, empregada doméstica e Antonio Brunelli, 21 anos, branco, solteiro, empregado no comércio foi possível perceber o emprego de adjetivações étnico-raciais depreciativas no depoimento do réu.⁵

Maria Annalia, em companhia de uma vizinha, foi a um baile no bairro da Glória. Lá encontrou o namorado Antonio que passou a pagar-lhe cerveja e doces. Como a sua companhia foi embora horas depois, a declarante ficou sozinha; que, então, Antonio de tanto insistir para ela ir com ele dar um passeio, que a menor aceitou. O réu levou a menor já um pouco “tonta” de cerveja para um mato existente em Teresópolis, onde a deflorou. O réu, em contra partida, em depoimento na delegacia de polícia, conta que estava no referido baile acompanhado do seu amigo Luiz de Mello, que dali se retirou em companhia do mesmo às 4 horas da manhã do dia seguinte.

Na tentativa de desqualificar a menor Maria Annalia, Antonio disse que “viu uma mulatinha espiando o baile referido, a qual estava em companhia de uma ‘puta’ aos abraços com uns rapazes que ali se achavam; que o declarante nunca conversou com a aludida mulata que o acusa como autor de seu defloramento”. No único caso em que o depoente menciona o assunto racial, a importância da cor aparece em destaque e atrelada às qualidades pessoais da vítima e das suas redes sociais. Se considerarmos a construção de uma hierarquia social vinculada à raça no período pós-abolição, ser negro, pardo e mestiço adquire orientações mais acentuadas no aspecto depreciativo. Ou seja, a cor ganha visibilidade apenas para ressaltar negativamente àqueles a quem se dirige.

Nesse sentido, é importante observar a superioridade numérica da população de cor branca nos processos de defloramento, entre acusados e vítimas, que correspondiam, respectivamente, 9,5% (11 processos) e 37,9% (44 processos). Esse cenário deve-se, em parte, ao intenso fluxo imigratório de pessoas oriundas de outros países; mas, também, aos critérios

⁵ Processo criminal, nº1344, Porto Alegre, maço 89, Arquivo Público do RS (APERS), 1922.

de definição de cor muito influenciados por variáveis subjetivas e ideológicas (DAMAZIO, 1996, p.34).

A omissão da cor nos documentos oficiais, como processos criminais e registros cíveis, não é uma prática exclusiva do século XX. Essa prática remonta a meados do século XIX e decorre do crescimento demográfico de negros e mestiços livres e de brancos empobrecidos, coligado à construção dos significados da liberdade produzidos no contexto de resistência à escravidão. Este silêncio provém da política de branqueamento implantada pelas elites imperiais e, principalmente, pela crescente entrada dos negros, mestiços e pardos no mundo dos homens livres. Ou seja, a cor deixou de ser uma marca fundamental sobre a qual se erigiam as identidades sociais (MATTOS, 1998, p.106). Ivana Lima, ao estudar os sentidos da mestiçagem na metade do século XIX, verifica o incômodo da população pobre ao registro oficial que indicava a classificação de cor (preto, pardo ou cabra) e os significados sociais negativos. Haveria, portanto, por parte da população livre pobre o reconhecimento de que o registro era um instrumento de poder que engessaria qualquer possibilidade de mobilidade social (LIMA, 2001, p.108).

Diferentemente das ambições manifestadas pelos grupos de negros e mestiços nas décadas finais do regime monárquico, na República a ausência da cor estava ligada ao processo de construção da cidadania republicana e ao projeto de nação, que procurava se constituir como branca, fornecendo significados depreciativos à cor preta e suas variações (MATTOS, 1998, p.361-362). George R. Andrews explica que para entender as desigualdades raciais no pós-abolição deve-se examinar as estratégias de branqueamento e as políticas de discriminação racial das elites brancas no mercado de trabalho (ANDREWS, 1998). Em outras palavras, a emergência do “darwinismo social” e a crença no determinismo biológico forneceram às elites brancas as justificativas para a discriminação racial das populações afrodescendentes, e a chegada de levas de imigrantes europeus nas grandes cidades das regiões sudeste e sul restringiu ainda mais o acesso dos afro-brasileiros à moradia e ao mercado de trabalho. Pois, no imaginário das elites brasileiras do século XIX (grandes proprietários rurais e camadas médias urbanas), o negro e o branco pobre não apresentavam condições subjetivas para o trabalho, por isso via-se no imigrante europeu a oportunidade de se implementar o “amor ao trabalho” (AZEVEDO, 1987).

Se atentarmos para o aspecto da imigração estrangeira dentro do projeto de branqueamento da sociedade brasileira, a cidade de Porto Alegre constituiu-se em um dos

polos de atração de migrações externas, caracterizando-se pela grande circulação de indivíduos de diferentes nacionalidades. A quantidade de estrangeiros encontrada nos processos de defloramento é significativa (10,4%), na condição de réu era 8 (9,2%) e na de vítima era 1 (1,1%), considerando que, entre 1872 e 1890, o maior crescimento demográfico regional no Brasil ocorreu no Rio Grande do Sul, coincidindo com o momento de expansão das zonas coloniais, que receberam então um grande volume de imigrantes (75 mil).

Na década de 1890, quando diminuiu o crescimento demográfico do Rio Grande do Sul, a proporção de imigrantes no crescimento chegou a 18%. Tais considerações provavelmente encontrem correspondência na cidade de Porto Alegre. Conforme os números de ingresso de estrangeiros no Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1892 e 1893 (1º semestre), a cidade de Porto Alegre recebeu 793 imigrantes que representavam, em termos percentuais, 7,3% sobre o total de imigrações para o Estado.

Os números mostram que o destino dos imigrantes para Porto Alegre é pequeno, sobretudo se compararmos, por exemplo, com os municípios de Alfredo Chaves e Caxias, que correspondem, respectivamente, a 25,25% e 16,62%.⁶ Entretanto, no ano de 1894 migraram para o estado 855 estrangeiros, dos quais 582 tomaram como destino a Hospedaria do Cristal em Porto Alegre. Enfim, o percentual demográfico migratório internacional para Porto Alegre, provavelmente, oscile ano a ano e, por isso, inviabilize qualquer consideração mais conclusiva a respeito do número preciso de estrangeiros na cidade (GONÇALVES, 1974, p.29-33).

Apesar da imigração estrangeira não se realizar na mesma proporção do que ocorre na cidade de São Paulo, uma vez que no sul os imigrantes, na grande maioria das vezes, vinham se fixar como pequenos proprietários de terra não como força de trabalho livre, não é possível desconsiderar a existência desse processo em Porto Alegre. Muitos imigrantes desembarcaram espontaneamente na cidade de Porto Alegre com o objetivo de trabalhar no comércio e em pequenas indústrias (SEYFERTH, 1990, p.59-70). Nos processos criminais pesquisados foram encontrados 8 imigrantes estrangeiros (réus e vítimas), dos quais trabalhavam 2 no comércio e 2 na indústria. Os demais estrangeiros exerciam as seguintes atividades ocupacionais: chacareiro, artista, bailarina, *chauffeur*.

⁶ ANNUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANNO DE 1894. Publicados sob a orientação de Graciono de Azambuja (décimo anno). Porto Alegre: Editores Gundlach e Cia., Livreiros, 1893. FEE.

Embora chegassem à Porto Alegre imigrantes das mais variadas origens (argentinos, franceses, espanhóis, austríacos, holandeses, paraguaios, russos, sírios, portugueses, entre outros, alemães, italianos), eram italianos (4,6%) e portugueses (2,3%) os que apareciam em maior número nos processos de defloramento. O número de italianos fixados na cidade de Porto Alegre, no final do século XIX, representava mais de 10% da população total da cidade (HOSPITAL; CONSTANTINO, 1999, p.134), enquanto os portugueses, de acordo com a estatística do ano de 1910, o número de imigrantes portugueses que desembarcaram no porto de Porto Alegre foi de 84 pessoas.⁷ Segundo Dante de Laytano, a imigração portuguesa para o Rio Grande do Sul foi razoavelmente expressiva. Embora a grande maioria dos portugueses que aportava em solo gaúcho tinha como destino a cidade de Rio Grande (LAYTANO, 1958, p.117). Ademais, os outros imigrantes estrangeiros encontrados em menor número nos processos eram provenientes da Espanha (1,1%), do Uruguai (1,1%) e da Síria (1,1%).

A presença de imigrantes estrangeiros nos processos reflete não só na estrutura demográfica, mas no todo do quadro social. Os imigrantes estrangeiros constituíram presença importante na cidade, configurando novas identidades para algumas ruas, que passaram a concentrar indivíduos de mesma nacionalidade, promovendo a formação de clubes recreativos e a promoção do setor secundário.⁸ Isso não significa pensar que os imigrantes estrangeiros não residissem em outras ruas da cidade de Porto Alegre. É o que se verifica nos autos criminais de defloramento, cujas partes, identificadas por estrangeiras, residiam em todos os distritos da cidade de Porto Alegre, e em locais não caracterizados pela presença estrangeira de uma mesma nacionalidade, a saber: rua Coronel Genuíno (1º distrito), Avenida Cauduro e rua São Manoel (2º distrito), rua New York e Moura Azevedo (3º distrito) e Pedra Redonda (4º distrito).

É possível que a presença distribuída de estrangeiros em áreas não caracterizadas pela concentração de uma mesma nacionalidade na cidade de Porto Alegre esclareça o significativo número de relacionamentos amorosos entre pessoas de nacionalidades diferentes verificadas nos autos criminais, dos 3 casos em que constam a nacionalidade de ambos, acusados e vítimas, todos eram naturais de países diferentes: Portugal (réu) e Espanha (vítima), Uruguai (réu) e Brasil (vítima) e Portugal (réu) e Brasil (vítima). Esses dados provavelmente eram menores nas ruas e avenidas ocupadas por estrangeiros de mesma

⁷ Anuário Estatístico Brasileiro. **Ano I** (1880-1910). Rio de Janeiro: Tipographya do Globo, 1910. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁸ Para os italianos: CONSTANTINO, 2001; para os alemães: GANS, 2004.

nacionalidade. Infelizmente, não dispomos de dados estatísticos sobre uniões entre pessoas de nacionalidades diferentes, tomando como base os locais de habitação ou de trabalho.⁹

ONDE O NAMORO ACONTECIA NA CIDADE

Considerando todas as mudanças ocorridas na capital do Rio Grande do Sul na virada do século XIX – especialmente no que se refere aos aspectos econômico, urbano e demográfico –, observa-se que aquele foi um período de desenvolvimento de uma nova dinâmica sociocultural, que iria afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até a maneira de organizar as afeições individuais. E não foi por acaso que muitos contemporâneos tenham visto aquele contexto de mudanças como sendo o marco inicial de um novo tempo. Nem mesmo aqueles que arraigados aos velhos costumes não deixaram de reconhecer a importância das mudanças na cidade. É o caso do escritor e jornalista Achylles Porto Alegre que, ao escrever na década de 1920 sobre o progresso da cidade nos primeiros anos do século XX, se manifestou entusiasmado:

Hoje, ela ostenta-se garbosa, com a sua edificação moderna, pomposos palacetes, ruas calçadas e paralelepípedos (trabalho em início), cabarets, cinemas e mais ‘fitas coloridas’ de modernismo e civilização. Onde antigamente eram velhos e imundos pardieiros, se ergueram agora edificações de requintada estética (PORTO ALEGRE, 1940, p.30-1).

A República havia trazido a Porto Alegre, com seu ideário positivista, o desígnio da modernidade urbana e da organização disciplinada do espaço, de acordo com os ideais do progresso econômico e da ordem burguesa. Porém, a proposta não se restringia exclusivamente à modernização da cidade. Há também o interesse na renovação cultural do estado e que trazia na educação o seu principal sustentáculo. A criação de diversas instituições, como a Universidade Técnica, a Faculdade de Medicina, o Liceu de Artes e Ofícios, tinha como propósito formar uma elite qualificada e treinada nos moldes da doutrina positivista para as intervenções urbanas, ligadas à engenharia e ao saneamento, orquestradas pelo governo. A finalidade era “civilizar” o estado do Rio Grande do Sul, especialmente a cidade de Porto Alegre, em conformidade aos novos modelos de comportamento e de valores,

⁹ Há de ressaltar a inexistência de casos em que o imigrante estrangeiro mantivesse um relacionamento interracial.

que articulassem a “modernidade como uma nova experiência existencial e íntima” (SEVCENKO, 1998, p.522).

A nascente infraestrutura da capital – iluminação pública, bondes, esgoto, imponentes prédios públicos de estilo francês, lazer no parque – possibilitava à elite econômica e ilustrada deleitar-se com os novos redutos de sociabilidade urbana na “moderna” cidade de Porto Alegre.¹⁰ O ideal de modernização, que será encampado pelo estado do Rio Grande do Sul ao longo da República e tratado por literatos, estará encadeado ao projeto desenvolvido pela Capital Federal, baseado na reformulação do espaço urbano, na reforma sanitária e na reorganização dos logradouros públicos, como a abertura de praças e avenidas, símbolos do progresso, em uma estratégia capaz de nortear os indivíduos (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p.26-27).

Os anseios dessa modernização adquiriam múltiplos significados na cidade de Porto Alegre. Se, por um lado, esta era materializada nos projetos de urbanização de praças e alargamento de ruas, construção de avenidas que facilitavam a comunicação dos bairros e favoreciam o livre escoamento das mercadorias provindas do intenso comércio nacional e internacional que vicejava na cidade, por outro, significava transformar as relações que desde os tempos coloniais eram produzidas por homens e mulheres, negros e mestiços pobres nos espaços públicos, incentivando, agora, a família burguesa a interromper o lugar da casa, onde havia permanecido por todo o período colonial e em parte do Império, para o da rua.

Nos processos criminais de defloramento verifica-se o uso das praças, jardins públicos como refúgio para as trocas afetivas. É o caso de Danielina Nunes da Silva, 15 anos, branca, solteira, doméstica que no dia 13 de maio de 1921 foi passear na casa de sua avó, e de volta deste passeio encontrou-se com o seu noivo Luiz Fordy, 28 anos, solteiro.¹¹ Ela o convidou para terem uma conversa em particular na Praça Conde de Porto Alegre, que cedendo ao chamado de Danielina com ela seguiu. Após passarem um tempo na praça, o casal resolver seguir passeio para os lados do Caminho Novo, onde aproximadamente às 20h30 tomaram um bond da linha dos Navegantes, vindo para a Praça do Mercado; que ali estiveram até as 22h30, mais ou menos, hora em que tomaram um bond da linha do Menino Deus, conduzindo Danielina para a sua casa na Avenida 13 de maio, onde com ela pernoitou e deflorou-a.

¹⁰ No período a cidade de Porto Alegre contava com 3 livrarias, 2 teatros e 4 faculdades – Direito, Engenharia, Medicina e Farmácia, numa população de 74 mil habitantes (MOREIRA, 1989, p.21).

¹¹ Processo criminal, nº1285, Porto Alegre, maço 85, Arquivo Público do RS (APERS), 1921.

Mas não eram apenas as praças os espaços escolhidos para o namoro. No relato das vítimas e testemunhas que aparecem nos processos de defloração, cinema, teatro, bailes, bondes, carros, restaurantes surgem como locais habitualmente frequentados pelos casais de namorados. De acordo com a pesquisa, em 22 processos a rua é apontada como o local onde ocorreram os defloramentos, sempre relacionados a passeios, a idas a teatro ou ao caminho que os namorados percorriam entre a casa e o local de trabalho. O processo envolvendo Venâncio de Moraes Branco e Maria Julieta de Oliveira, 15 anos, é um exemplo disso. Os namorados Venâncio e Maria Julieta trabalhavam na fábrica Phenix. No mês de janeiro de 1910, Venâncio convidou a vítima a dar um passeio, ao que ela disse que não podia por ter vindo da casa de sua mãe. O acusado pediu-lhe que arranjasse uma desculpa para mãe e, então, ambos se dirigiram para o “mato” de Mont’Serrat. Ali o acusado passou algumas horas a deflorar a vítima.¹²

O passeio era uma forma apreciada de encontro pelos casais e será comumente utilizado como maneira de burlar o controle dos responsáveis ou como uma prova de que entre vítima e acusado havia um relacionamento amoroso público, ou julgado pelos passantes como algo incompatível com os modos de uma mulher “honesta”. A história de Álvaro Paiva, 19 anos, solteiro e Ondina D’Avila Eires, 18 anos, branca, solteira, doméstica, destaca o comportamento da vítima.¹³

Na noite de dezesseis do mês setembro de 1920, Alvaro, acompanhado de sua mãe e irmãs, foi ao baile à fantasia da Sociedade Gondoleiros e, sem que a diretoria da Sociedade tivesse conhecimento, fez entrar sua namorada Ondina, em companhia da mãe. Em algum momento da festa, Alvaro, burlando a vigilância das comissões, conduziu Ondina para a latrina reservada aos homens, que é localizada na parte térrea do edifício, e ali a deflorou.

O depoimento de Alvaro Paiva na delegacia sugere para o comportamento suspeito da vítima:

Que é verdade que na madrugada de hoje, fez mal a sua namorada Ondina Eiras e que para reparar esse mal quer casar-se com a mesma; que este ato praticou dentro da latrina do club dos Gondoleiros, sendo visto e surpreendido por diversos rapazes que se achavam no baile; que não era essa a primeira vez que havia tido relações carnis com Ondina, a qual não tem certeza de haver deflorado; que Ondina já tivera relações idênticas com

¹² Processo criminal, nº280, Porto Alegre, maço 14, Arquivo Público do RS (APERS), 1910.

¹³ Processo criminal, nº1077, Porto Alegre, maço 71, Arquivo Público do RS (APERS), 1920.

Aldemiro de Oliveira Machado; que isto sabe porque Aldemiro, de quem é amigo, já lhe havia contado.

O Juiz avaliou a atitude da vítima inapropriada; em função disso definiu o arquivamento. Como se verifica nesse processo, apesar dos novos espaços de interação social na cidade, havia uma série de preceitos para que as mulheres frequentassem os espaços públicos: horários, trajas e, especialmente, a presença de um responsável, que zelaria pela honra feminina.

A considerar as profissões dos réus e das vítimas, podemos concluir que eram, em grande parte, os membros das camadas pobres que mais praticavam atos libidinosos nos espaços públicos. Por mais que possamos acreditar que esse comportamento entre a população pobre de Porto Alegre fosse uma manifestação própria ao século XX, uma vez que os locais que a tinha como espaços para encontros amorosos eram lugares concebidos pelo plano de urbanização da cidade, e que, na esteira de tal empreitada, produziram novas formas de convivência, é necessário, entretanto, que ponderemos essa compreensão. Pois a rua sempre foi um local escolhido pelos pobres livres e escravos para se encontrarem, festejarem e estabelecerem laços de solidariedade. João José Reis, ao explorar a biografia de um africano liberto na Salvador de meados do século XIX, ressaltou a importância da rua como espaço de convivência e de negociação entre negros e brancos (REIS, 2008).

O aspecto romântico de muitas das relações que se desenvolveram na rua foi analisado na pesquisa de Rachel Soihet (2003, p.185-6). Ao analisar a Festa da Penha na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, Soihet descreveu o contato na rua da população pobre que interagiu, trabalhava, divertia-se e, principalmente, namorava. Ainda que nem todos os contatos na rua fossem fundamentalmente pacíficos e relacionados com o trabalho e com o namoro, já que a violência também marcava o cotidiano desse espaço, quer pela força policial quer entre os próprios populares na resolução de seus conflitos, a rua constituía-se desde a época colonial como um local genuinamente popular e que foi, com as reformas urbanas do final do século XIX, sendo ocupada, gradativamente, pelas famílias da elite.

É precisamente do impulso moderno e transformador que veremos florescer as relações modernas de namoro. A ida ao teatro, passeios de automóveis e a frequência aos bailes serão práticas de interação social onde ocorreram os encontros entre os prováveis pretendentes a namoro.

O processo entre Antonio Dias de La Rocha, 18 anos, solteiro, barbeiro e Guilhermina Schmitt, 17 anos, solteira, empregada doméstica aponta para as novas formas de sociabilidade.¹⁴ Guilhermina mantinha namoro com Antonio há 8 meses. O acusado costumava visitar, regularmente, a ofendida na casa em que trabalhava. No dia 28 do abril de 1919, como de costume, o acusado acompanhou Guilhermina e sua irmã ao Teatro Apollo; que terminado o espetáculo às 23 horas, Antonio deixou a irmã da ofendida na casa em que trabalhava. Por sua vez, Guilhermina acompanhou o acusado até a barbearia, onde é empregado. Nesse local Guilhermina foi deflorada pelo acusado.

Passeios de automóveis permitiam ao casal manter o encontro com alguma privacidade. O processo entre João Alberto de Moraes, 24 anos, solteiro, barbeiro e Eva Vianna de Campinas, 17 anos, parda, solteira, empregada doméstica é bem revelador desses novos comportamentos sociais.¹⁵ Eva namorava João há cerca de um ano, com quem mantinha conversa e correspondência regularmente. No dia 2 de abril de 1918, sábado de aleluia, estava o casal de namorados em um baile, quando o referido acusado, propôs à Eva interesse de manter relações sexuais, o que foi recusado.

No dia 30 de abril, vindo da casa em que trabalhava como empregada doméstica, Eva encontrou o seu namorado nas proximidades da Avenida Redenção. João Alberto, então, convidou a menor para dar um passeio de automóvel, declarando-lhe que nada aconteceria. Eva aceitou o convite e embarcou no automóvel de nº514. O casal seguiu pela linha da Glória, passando pela rua José de Alencar. Em depoimento na delegacia, a menor disse que não sabia dizer, com segurança, qual o rumo de todo passeio, por ser noite; que ela ficou no automóvel e João foi buscar a chave de uma casa; que voltando João, a declarante, a convite deste, desembarcou indo para a casa onde ocorreu o ato sexual.

No processo de defloramento de Aristotelina Medeiros da Rosa, 16 anos, parda, empregada doméstica e Emílio Benevenuto de Oliveira é possível perceber formas alternativas de se encontrar.¹⁶ Aristotelina namorava há, mais ou menos, um ano Emílio, o qual frequentava muito pouco sua casa, pois costumavam se encontrar na rua.

No dia 2 de mês de 1922, conforme combinado, Aristotelina foi ao encontro do seu namorado na rua Barão de Gravataí, tendo como companhia a sua vizinha, Marieta, menor de

¹⁴ Processo criminal, nº973, Porto Alegre, maço 63, Arquivo Público do RS (APERS), 1919.

¹⁵ Processo criminal, nº930, Porto Alegre, maço 59, Arquivo Público do RS (APERS), 1918.

¹⁶ Processo criminal, nº1357, Porto Alegre, maço 89, Arquivo Público do RS (APERS), 1922.

8 anos. Dali todos foram passear na Praia de Belas, que chegando à beira da praia, Emílio deu dinheiro a menor Marieta e ordenou-lhe comprar balas em uma “venda” distante do local onde se encontravam; que aproveitando o momento de solidão, Emílio dirigiu “palavras de amor” à declarante, dizendo-lhe que queria com ela casar-se e em seguida sugeriu a ela entregar-se sexualmente.

No entanto, algumas vezes as estratégias dos casais de namorados não tinham êxito, como no processo de Helena Domaraszha, 16 anos, solteira, florista que adentrava tarde da noite num prédio na rua 7 setembro com Gustavo de Freitas e Castro, 21 anos, solteiro, empregado no comércio e foi abordada pelo agente Marcílio Telles de Souza.¹⁷ Conforme Relatório de Polícia:

Em a madrugada do 13 do corrente, há uma hora mais ou menos, o agente n.76, Marcílio Telles de Souza, de serviço na rua 7 de Setembro, foi surpreendido com a presença de um casal, muito jovem, que procurava entrar no prédio n.25, casa comercial daquela rua.

Observando as maneiras tímidas da moça, para logo verificou o agente não tratar-se de uma meretriz que ali fosse com o intuito de pernoitar com o moço que a conduzira; antes, afagou a suposição, mais tarde verificada verdadeira, de que no caso tratava-se de uma menor seduzida; pelo que conduziu a ambos, a comparecerem a esta delegacia, afim de prestar esclarecimentos, (...).

Neste trecho é possível apreender a interferência do agente Marcílio Telles de Souza sobre a vida íntima do casal, apresentando um comportamento controlador e repressor. Além das reformas urbanas cujas intervenções visavam alterar o traçado da cidade, com ruas largas e amplas para a circulação do ar e das pessoas, o governo estadual e municipal tinha também o interesse de normatizar e controlar os indivíduos, segundo preceitos e exigências da sociedade burguesa (FÁVERI, 1999).

Sendo assim, na virada do século XIX para o século XX, o governo estadual e municipal, orientado pelos propósitos da corrente filosófica positivista, iniciou um enorme programa de obras públicas na capital. Essa nova dinâmica foi, aos poucos, sendo incorporada às práticas de namoro e produzindo novas condições de liberdade vivenciadas pelos homens e pelas mulheres.

¹⁷ Processo criminal, nº599, Porto Alegre, maço 34, Arquivo Público do RS (APERS).

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução: Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998.

ÁVILA, Vladimir Ferreira. *Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900)*. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Gli Italiani nelle città: l'immigrazione italiana nelle città brasiliane*. Perugia: Guerra Edizioni, 2001.

COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1988.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro do Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/ANPUHRs, 2004.

GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. 1999. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. A população brasileira de 1872 a 1970: crescimento e composição por idade e sexo. In: *Crescimento populacional (histórico e atual) e componentes do crescimento (fecundidade e migrações)*. São Paulo: CEBRAP, 1974, p.29-33.

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos S. Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In:_____. *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOSPITAL, María Silvia; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Construção das identidades e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920). *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, v.XXV, n.2, p.131-146, dez 1999.

KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LAYTANO, Dante de. Os portugueses. In: *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Ed. Regional, 1958, v.5, p.117.

LIMA, Olímpio de Azevedo. *Sinopse geográfica, histórica e estatística do município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Gundlach, 1890.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: IEL, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Cotidiano da República*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Através do passado*. Porto Alegre: Globo, 1940.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

REIS, João José. *Domingos Sodré. Um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, p.29-41, 1989.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiada: técnica ritmos e ritos do Rio*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIEGEL, Micol. Mães pretos, filhos cidadãos. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da Liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90*. Porto Alegre, v.15, n.27, p.161-187, jul. 2008.